

**ESPAÇO E SOCIOECONOMIA NA REGIÃO DA CHAPADA EM TRACUATEUA-  
PA: SABERES TRADICIONAIS E PRÁTICAS PRODUTIVAS**

**SPACE AND SOCIOECONOMY IN THE CHAPADA REGION IN TRACUATEUA-  
PA: TRADITIONAL KNOWLEDGE AND PRODUCTIVE PRACTICES**

**ESPACIO Y SOCIOECONOMÍA EN LA REGIÓN DE LA CHAPADA EN  
TRACUATEUA – PA: LOS SABERES TRADICIONALES Y LAS PRÁCTICAS  
PRODUCTIVAS**

**Geisa Bruna de Moura Ferreira**

Universidade Federal do Pará  
Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia  
Irituia-PA, Brasil  
[geysa.19@hotmail.com](mailto:geysa.19@hotmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0001-6911-7862>

**Francisco Pereira de Oliveira**

Universidade Federal do Pará  
Doutor em Biologia Ambiental  
Bragança-PA, Brasil.  
[foliveiranono@yahoo.com.br](mailto:foliveiranono@yahoo.com.br)  
<https://orcid.org/0000-0003-1327-8362>

**Raquel Amorim dos Santos**

Universidade Federal do Pará  
Doutora em Educação  
Belém-PA, Brasil.  
[rakelamorim@ufpa.br](mailto:rakelamorim@ufpa.br)  
<http://orcid.org/0000-0003-4817-0036>

**Daniel Gomes de Sousa**

Universidade Federal do Pará  
Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia  
Bragança-PA, Brasil  
[daniel.gds1985@gmail.com](mailto:daniel.gds1985@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0002-4498-8853>

**Raul da Silveira Santos**

Universidade Federal do Pará  
Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia  
Bragança-PA, Brasil  
[Raulsantos.21@hotmail.com](mailto:Raulsantos.21@hotmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0001-5217-9450>

## RESUMO

A temática “Espaço e Socioeconomia na região da Chapada em Tracuateua–PA: saberes tradicionais e práticas produtivas”, objetiva descrever o ambiente e suas interfaces com maior afinco para os saberes tradicionais imbricados nas atividades produtivas no cotidiano daquele povo e sua relação como a economia local imersa na Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua. Trata-se de um estudo com enfoque fenomenológico, ancorado na abordagem qualitativa de pesquisa, onde a coleta de dados se valeu da entrevista com perguntas semiestruturadas e, por conseguinte, os elementos analíticos partiram da análise do conteúdo das falas das pessoas entrevistadas. E, como primeiras impressões, revela-se que os saberes tradicionais imersos nas práticas produtivas sustentam a economia local daquela região (Chapada-Tracuateua), em que essas atividades estão ligadas e dependentes direta ou indiretamente à Reserva Extrativista de Tracuateua-PA, a considerar os recursos naturais.

**Palavras-chave:** Espaço; Saberes Tradicionais; Atividades Produtivas.

## ABSTRACT

The theme "Space and Socioeconomics in the Chapada region, Tracuateua - PA: traditional knowledge and productive practices", aims to describe the environment and its interfaces with greater dedication to the traditional knowledge imbricated in the productive activities in the daily life of that people and its relationship with the local economy immersed in the Tracuateua Marine Extractive Reserve. It is a study with a phenomenological focus, anchored in the qualitative research approach, where the data collection made use of the interview with semi-structured questions and, therefore, the analytical elements started from the analysis of the people interviewed speeches content. And, as first impressions, it is revealed that the traditional knowledge immersed in the productive practices sustain the local economy of this region (Chapada-Tracuateua), in which these activities are linked and directly or indirectly dependent on the Extractive Reserve of Tracuateua-PA, to be considered natural resources.

**Keywords:** Space; Marine Extractive Reserve; Productive Practices; Knowledge.

## RESUMEN

El tema “Espacio y Socioeconomía en la región de Chapada en Tracuateua - PA: saberes tradicionales y prácticas productivas”, tiene como objetivo describir el medio ambiente y sus interfaces con mayor dedicación al conocimiento tradicional imbricado en las actividades productivas en la vida cotidiana de ese pueblo y su relación con la economía inmersa en la Reserva Extractiva Marina Tracuateua. Se trata de un estudio con enfoque fenomenológico, anclado en el enfoque de investigación cualitativa, donde la recolección de datos hizo uso de la entrevista con preguntas semiestructuradas y, por tanto, los elementos analíticos partieron del análisis del contenido de los discursos de las personas entrevistado. Y, como primera impresión, se revela que los conocimientos tradicionales inmersos en las prácticas productivas sustentan la economía local de esa región (Chapada-Tracuateua), en la cual estas actividades están vinculadas y dependen directa o indirectamente de la Reserva Extractiva Tracuateua, al ser considerados recursos naturales.

**Palabras llave:** Espacio; Conocimiento tradicional; Actividades productivas.

## INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira, atualmente, é vista como possibilidades de desenvolvimento econômico, inclusive ao olhar das empresas estrangeiras, em especial por apresentar uma das maiores áreas do mundo em biodiversidade (PACANARO, 2010). Por outro lado, argumenta-se que a Amazônia brasileira tem um papel fundamental e estratégico para a conservação dessa biodiversidade (BENSUSAN, 2008). Conceitualmente, Diegues & Arruda (2000) destacam que a ciência moderna define a biodiversidade como uma variedade entre os seres vivos, ecossistemas aquáticos e não aquáticos, assim como complexos ecológicos e suas características, em que são concebidas como mundo natural.

Adicionalmente, entende-se que a biodiversidade (fauna e flora) muitas vezes acompanhada pela presença humana tem seus reflexos positivos e negativos, o que, certamente, provoca uma complexidade na relação direta entre o ser humano e o ambiente, especialmente na Amazônia brasileira, pois, em certos casos, essa relação é tratada como uma simbiose, ou seja, significa que “[...] pertence tanto ao domínio natural como do cultural, mas é a cultura enquanto conhecimento que permite às populações tradicionais entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la, retirar suas espécies, colocar outras e enriquecendo-a” (DIEGUES & ARRUDA, 2000, p. 32).

Decerto, não é possível mensurar e catalogar as espécies que compõem essa biodiversidade amazônica, porém se tem conhecimento que essas espécimes são tidas como valores imensuráveis tanto no aspecto econômico quanto cultural, embora haja aqueles que em nome de um “desenvolvimento e progresso” tenham essa biodiversidade como capaz de agregar valores aos serviços ecossistêmicos. Por outro lado, há os povos tradicionais que agregam valores estéticos, culturais, sentidos e significados aos recursos naturais existentes nesse sistema amazônico, uma vez “[...] não só convivem com a biodiversidade, mas também nomeiam e classificam espécies vivas segundo suas próprias categorias e nomes” (DIEGUES & ARRUDA, 2000, p. 31), a partir de suas relações de apropriação e uso dos recursos.

Nesse cenário de discussão, o nordeste do estado do Pará é reflexo dessa imensa Amazônia brasileira, uma vez que estar imerso de sentidos e significados, de pluralidades relacionadas aos saberes tradicionais de povos que vivem e convivem nesse ambiente,

especialmente, os povos que habitam nas áreas costeiras – tidas como um ambiente rico em água e recursos naturais marinhos, com destaque para os espécimes de peixes, crustáceos, mariscos, dentre outros, mas também com práticas oriundas da agricultura familiar – o que, por certo, torna essas áreas peculiares com relação aos recursos ambientais e às atividades produtivas socioeconômicas.

Ademais, entende-se que a área costeira é rica por sua abundância de recursos naturais e também por suas práticas produtivas diversas sejam elas artesanais e/ou industriais, o que coloca esse ambiente em destaque. Logo, são percebidos investimentos em nome de uma emergência da sociedade industrial, pós Revolução Industrial, a direcionar o olhar para a ciência e tecnologia, delineando sonhos para encontrar e solucionar marcas de um passado, guiado por um modelo econômico (CASTRO & CAMPOS, 2015), associado à técnica de exploração dos recursos naturais ao ambiente estuarino-costeiros, por exemplo, quando estudamos a importância do ecossistema manguezal<sup>1</sup> e do mar associados à valoração econômica (OLIVEIRA, 2015).

Ancorando-se na visão de Castro & Campos (2015), é válido trazer a reflexão para justificar a pertinência do presente estudo, uma vez que delinea seu olhar sobre o lugar do ser humano, suas práticas produtivas e socioeconômicas em comunidades tradicionais na Amazônia, em especial por destacar que este momento seria propício para debater algumas epistemologias ambientais e tradicionais engessadas, no qual precisam de rupturas, sendo uma oportunidade para ampliar conhecimentos, na postura de compreender o lugar. Logo, faz-se necessário alimentar essa reflexão a partir do que se entende por desenvolvimento local e regional, ou seja, dialogar, “[...] mas no sentido de entender o lugar na relação com a cultura, à natureza e a economia” (CASTRO & CAMPOS, 2015, p. 32).

Logo, os principais objetivos foram delineados no sentido de descrever as práticas produtivas e os saberes tradicionais imbricados nas atividades cotidianas dos povos que habitam

---

<sup>1</sup>O manguezal é um ecossistema de vital importância para inúmeras espécies de animais marinhos e terrestres (HOGARTH, 1999). Existem registros que identificam os manguezais como uma unidade ecológica, da qual pelo menos dois terços da população pesqueira mundial dependem diretamente deste ecossistema (SPALDING *et al.*, 2010). Esses registros trazem outros indicadores, entre os quais se salienta a importância nutricional de diversos animais a partir dos manguezais (PANNIER & PANNIER, 1980). Consequentemente, essa importância desencadeia um processo de valoração econômica dos recursos ambientais incorporados nesse ecossistema.

na região da Chapada, município de Tracuateua-PA, no sentido de compreender a relação desses saberes na contribuição e composição da economia local daquela comunidade, a considerar a imersão daqueles povos à Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (RESEX-Mar).

Sucintamente, ressalta-se que em 2001 surge à primeira RESEX-Mar do estado do Pará, no município de Soure. No ano seguinte, foram criadas outras quatro e em 2005 são decretadas as RESEX-Mar de Caeté-Taperaçu e de Tracuateua (COSTA, 2014). No presente estudo, será delimitada a discussão à RESEX-Mar de Tracuateua, especificamente, a uma comunidade de seu entorno, conhecida como Chapada, localizada no interior do referido município, área costeira constituída por ecossistemas: manguezal, campos naturais, terra firme e igarapés. O principal objetivo dessa Unidade de Conservação é proteger os meios de vida e a cultura das populações extrativistas das regiões costeiras e garantir o uso sustentável dos recursos naturais (HENRY-SILVA, 2005). Por conseguinte, torna-se importante ressaltar que “[...] esses povos desenvolvem um conhecimento aprofundado e extenso das características ambientais e das possibilidades de manejo dos recursos naturais dos territórios que ocupam” (DIEGUES & ARRUDA, 2000, p. 83).

As argumentações estão alicerçadas em pesquisa de campo realizada na referida Comunidade, em que se tem como protagonista os extrativistas que realizam práticas produtivas e socioeconômicas ligadas à pesca do caranguejo-uçá e ao ecossistema manguezal.

## **COMUNIDADE TRADICIONAL**

Nas comunidades tradicionais amazônicas é possível vislumbrar práticas peculiares e a intrínseca relação que esses povos estabelecem com os recursos naturais e o modo como agem sobre/no espaço, baseada no cuidado e, por certo, tem-se a crença de que a natureza que criam e recriam suas vidas. A comunidade tradicional se materializa um na vida do outro, as vivências se misturam e se confundem. É inevitável porque é perceptível que nas comunidades tradicionais a presença do outro é constante nas relações no dia a dia, sejam com vizinhos, parentes ou lideranças comunitárias (BRANDÃO, 2012).

Complementarmente, reflete-se que a comunidade tradicional pode ser traduzida como “lugar humano”, pois o humano está presente mesmo que a comunidade sofra modificações

entre idas e voltas, e os que escolhem está ali compreendem que aquele lugar abriga e os que sempre “estiveram ali”, naquele lugar, chamam de “seu” porque se sente pertencente (BRANDÃO, 2012, p. 353).

Os povos tradicionais podem ser caracterizados por sua singularidade a depender do espaço-temporal, em especial as não-indígenas que se formam, produzem, criam, transformam-se e etc. (DIEGUES & ARRUDA, 2000). Estreitar aqui um conceito que mais descreve esses povos e suas comunidades, por certo, torna-se proeminente, o que é possível identificar a partir da instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, por meio do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, em que são traçadas as seguintes características:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradoras e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

A comunidade tem um conhecimento de seus comunitários e fazem acordos que servem para aqueles que vivem no local, bem como para pessoas externas, essa regulação é realizada para manter o equilíbrio. A igualdade com relação ao uso dos recursos nas terras de uso comum é uma característica marcante, embora essa igualdade não signifique equilíbrio, ou que não há divergências, porém existem espaços em que todos têm acesso e podem usufruir. E nesta perspectiva comunitária,

Identificam-se duas dimensões históricas e fundamentais dessa ordem comunitária. A primeira diz respeito à forma de apropriação dos recursos e a segunda refere-se à presença de práticas de trabalho na economia agro-extrativa que articulam diversas esferas da vida social (CASTRO, 1988, p. 13).

Observa-se que autora acima elenca características bem peculiares de viver nessa perspectiva comunitária, a forma como esses povos sentem que os recursos são para o seu uso, uma forma de apropriação. Mediante a isso, buscam agir sobre seus recursos de maneira sustentável, uma vez que compreendem que assim é possível garantir o sustento por mais gerações “o uso comum dos recursos aparece combinado tanto com a propriedade quanto com

a posse, de maneira perene ou temporária, e envolve diferentes atividades produtivas: extrativismo, agricultura, pesca e pecuária” (ALMEIDA, 2004, p. 12).

É peculiar nos territórios quilombolas alguns elementos serem partilhados com todos que congregam o mesmo espaço, é quase inexistente a separação entre as habitações, embora exista a separação entre terrenos, mas muitas das vezes essa divisão não ocorre na prática, porque as relações criadas entre os membros tornam o território de todos.

Essas “dimensões múltiplas” estão relacionadas ao fato de que o trabalho não exerce apenas uma função, o trabalho nas populações tradicionais apresenta muitos significados (CASTRO, 1988). Corroborando a ideia a anterior, importante destacar que:

As sociedades tradicionais e as economias locais não só produzem valores de usos “naturais” e os de mudanças “econômicas”; também produzem significados de uso que refletem o complexo vínculo da ordem simbólico-natural das relações econômico-políticas de produção (LEFF, 2011, p. 337).

Acerca disso, compreende-se que as pessoas que vivem em contato com os recursos naturais e as práticas produtivas detêm informações mais condizentes referentes às dinâmicas e o meio natural, e conseguem especificar tais saberes, conseqüentemente, são atribuídos inúmeros sentidos e significados as suas práticas.

## **SABERES TRADICIONAIS**

As reflexões sobre os saberes tradicionais estão articuladas aos diferentes modos de vida das comunidades tradicionais, tais como: as práticas culturais sobre a pesca, agrícolas, artesanais e na utilização das plantas medicinais, entre outros saberes que propiciam a produção de conhecimentos.

Nesse aspecto, os saberes tradicionais desenvolvidos pelos povos se constroem e reconstruem no dia a dia, uma vez que vivem e convivem no interior do ambiente por meio de uma relação intrínseca com os modos de agir sobre/no espaço imerso, produzem conhecimentos específicos, “definido como um conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração a geração” (DIEGUES & ARRUDA, 2000, p. 30). Por sua vez, Cunha (2007) enfatiza que os saberes tradicionais e os saberes científicos são bem diferentes ao que possamos mensurar, acrescenta, ainda, que ambos os saberes buscam entender e agir sobre o mundo e que eles não são acabados.

No entanto, Cunha (2007) destaca que o senso comum não percebe que o conhecimento tradicional é um tesouro que precisa ser guardado e não necessita de acréscimos para assim ser, por isso a atitude mais sensata nessa abordagem consistiria em que o saber tradicional e o científico podem caminhar entrelaçados, sem que um sobreponha ao outro, sem a intenção de sugerir que são idênticos, pois o sentido está nas suas diferenças.

No entanto, há reflexões essenciais nas quais dizem que os saberes elegidos como majoritários, os científicos, “são uma maneira de explicar o mundo, mas existem outras produções de conhecimento, outras formas de saber e conhecer que se perdem no tempo e no anonimato porque não encontram espaços e oportunidades de expressão” (ALMEIDA, 2010, p. 51). Decerto, que esta forma de ciência que hierarquiza e homogeneiza não cabe ao novo modelo de paradigma que a sociedade necessita, no entanto, fazer o contrário ao movimento dominante é muitas das vezes doloroso, encontrando determinadas dificuldades e rejeições, principalmente por aquelas áreas que se consideram as detentoras de um saber intocável.

Assim, o fato de querer evidenciar as comunidades tradicionais como detentoras de saberes é um exercício desafiador, pois a própria sociedade se desenvolveu e passou a pensar segundo o modelo dominante e já não consegue ter outros olhares sobre determinadas questões. Porém, é inegável que para compreender os fenômenos atuais é imprescindível que se perceba que vivemos em um sistema conectado e que os saberes não estão isolados, ao contrário, interligados, porém cada um tem suas especificidades, que circulam em diferentes contextos, seja no campo social, político, religioso, econômico, educacional e/ou ambiental.

### **RESERVAS EXTRATIVISTAS: *lugar de possibilidades e debates***

A Convenção Nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é um marco em nível internacional em que caminhos são abertos e discussões são tecidas no que dizem respeito às comunidades tradicionais, com proposições e determinações de uma Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Tradicionais (Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007).

A Constituição Federal do Brasil de 1988 abre caminhos para debates referentes aos povos do campo, uma vez que pela primeira vez se menciona que estes povos poderiam ter o reconhecimento de seu território. A menção que essa Constituição faz aos povos tradicionais

coloca no cenário de debates questões que foram silenciados e adormecidos, principalmente a que se refere ao direito à terra, identidade, cultura, questões que esses povos sempre almejavam.

Adicionalmente, o Decreto Nº 6.040, de julho de 2007 destaca o uso sustentável das terras dos povos e comunidades tradicionais, o que leva a compreensão de que as questões ambientais se tornam norteadoras para as comunidades tradicionais e para a sociedade de um modo geral (GAWORA, 2010). Ou seja, a identidade dessas comunidades também é definida a partir de suas relações com o ambiente e à territorialidade ambiental em que são constituídas e construídas suas práticas produtivas em um regime de pertencimento e de reciprocidade socioambiental.

A perspectiva sustentável surge como forma de efetivação por meio dos movimentos sociais e ambientalistas, por certo, os pioneiros das questões ambientais juntamente com membros dos movimentos sociais, foram os seringueiros do Acre (Brasil) como os protagonistas, no sentido de efetivar o direito que tinham: usar a terra de maneira sustentável e impedir o uso de maneira exploratória, isto é, “lutaram também para uma economia sustentável na região, ou seja, procuraram influenciar a política econômica regional na Amazônia, [...] os seringueiros foram os professores da economia para os colonos” (GAWORA, 2010, p. 103).

No âmbito das leis de desenvolvimento sustentável, a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), no qual destaca no Art. 7º que as Unidades de Conservação são de Proteção Integral com o objetivo de preservar a natureza, podendo ser usado apenas indireto sob seus recursos e as Unidades de Uso Sustentável tem o objetivo de fazer uso de uma parte da natureza por meio do uso sustentável.

Ainda, o Art. 14, da Lei acima, destaca que dentro dos grupos das unidades sustentáveis existem as categorias de Unidade de Conservação, sendo elas: Área de proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. No que se refere à Reserva Extrativista Marinha, nosso objeto de imersão no presente estudo, o Art. 18, ressalta que: “a Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações [...]” (BRASIL, 2000).

Logo, entende-se que essa modalidade de Unidade de Conservação apresenta uma perspectiva de fazer uso da natureza de uma maneira sustentável, com o objetivo de conservar os recursos naturais para manter a subsistência dos povos locais atuais e das futuras gerações. As comunidades tradicionais localizadas em áreas de RESEX apresentam um papel estratégico na busca por uma forma de viver que se diferencia das cidades, “[...] eles pertencem a um lugar, um território enquanto *lócus*, onde se produzem as relações sociais e símbolos” (DIEGUES & ARRUDA, 2000, p. 32). Porém, para viverem nesta perspectiva é preciso que tenham um posicionamento e, em alguns momentos, terão que sair da defensiva para se posicionar de forma ofensiva (GAWORA, 2010).

No entanto, o progresso faz com que o sistema fabril busque formas mais rápidas de gerar lucros, quase todos os meios e produtos são vistos como geração de acúmulo de capital, por isso que nos últimos anos a “a natureza” se tornou o alvo da expansão desse capital, para perspectiva hegemônica ocidental, as terras representam seus grandes projetos de grandes negócios (WEDIG, 2017). Certamente, essa é a visão de ações exploratórias que os detentores do capital econômico apresentam, somente agridem a vida daqueles que vivem na floresta, pois “[...] o capital natural terrestre é essencial não só para dar continuidade das atividades econômicas, mas para a própria continuidade da vida humana” (ANDRADE & ROMEIRO, 2009, p. 2).

Decerto, as comunidades buscam viver uma economia sustentável que não necessariamente esgotem os recursos naturais. Assim, os povos tradicionais que vivem em torno das RESEX-Mar mantêm modos e formas diferentes da cidade, pois suas práticas produtivas na natureza perpassam pela busca de preservar para que seus recursos sejam mantidos para sua sobrevivência diária e futura.

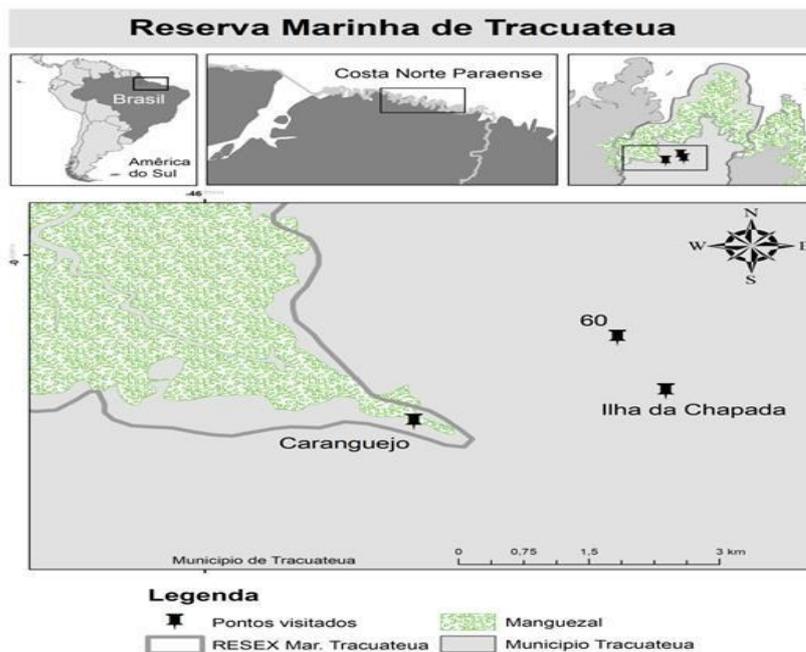
## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **Área de Circunscrição**

O estudo ocorreu no município de Tracuateua que tem uma população estimada em 27.455 habitantes e sua densidade demográfica é de 29,39 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2018). O referido município está situado na região nordeste do estado do Pará, localizado na região do salgado,

onde “limita-se ao norte com o Atlântico, ao sul com os municípios de Ourém e Santa Luzia do Pará, a leste com Bragança e, a oeste, com Quatipuru e Capanema” (COSTA, 2014, p. 37).

A pesquisa incidiu especificamente na comunidade da Chapada, que faz parte da Reserva Marinha de Tracuateua, o bioma é marinho costeiro, área 27.864,08 ha (ICMBio) (Figura 1).



**Figura 1:** Localização da Comunidade da Chapada, município de Tracuateua-PA, na área costeira do nordeste paraense, costa amazônica brasileira. Fonte: Elaborado por EyzaguirreIndira A.L. 2019 (ArcGis, Ministério do Meio Ambiente, Google Earth).

A RESEX-Mar de Tracuateua tem em sua área um bioma que apresenta manguezais, restingas, praias, campos alagados e ilhas. A base da atividade extrativista é a pesca artesanal (peixes, crustáceos e moluscos), que beneficia 55 (cinquenta e cinco) comunidades agroextrativistas, “organizadas em 8 (oito) polos e congregando um universo aproximado de 2.100 (duas mil e cem) famílias, totalizando cerca de 8.800 (oito mil e oitocentos) pessoas” (COSTA, 2014, p. 35).

A comunidade da Chapada é “uma espécie de ilha [...] agro-pesqueira, onde a principal fonte de sobrevivência das famílias está na pesca artesanal (água doce e água salgada) [...] base econômica da comunidade está vinculada à pesca, produção de farinha de mandioca e o fumo” (GOMES & PERES, 2012, p. 3).

O presente estudo se alicerça na abordagem qualitativa de pesquisa, pois permite que o pesquisador interprete os fatos apresentados e ao longo da pesquisa, na medida em que as pessoas se expressam, surgem novos levantamentos, o que é possível ocorrer novas interpretações (MARCONI & LAKATOS, 2011).

A autora Minayo (1993, p. 21) destaca que a “pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

No que se refere à coleta de dados, necessitou-se acessar dados secundários em fontes como Instituto Chico Mendes (ICMbio) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a caracterização do município, da RESEX-Mar e da Comunidade Chapada. Paralelamente, houve a análise documental para compreender e caracterizar as Unidades de Conservação (UC) e as Reservas Extrativistas Marinhas, notabilizando suas peculiaridades. Consideram-se fontes documentais os na forma escrita, ou não, eles podem ser colhidos no momento em que o fato ocorre ou depois (MARCONI & LAKATOS, 2011).

Os dados primários foram acessados com pesquisa em/de campo por meio da observação participante. Nessa posição o(a) pesquisador(a), envolve-se com os fatos, observa e interage com o ambiente de pesquisa (SEVERINO, 2007). Ressalta-se que de um universo observado de sujeitos que a pesquisa proporcionou, será evidenciada a fala de quatro pessoas tidas como aquelas que possuem suas práticas produtivas tomadas como base os saberes tradicionais. A escolha dessas pessoas se deveu aos critérios de: a) praticar atividades produtivas tradicionais; b) ser morador(a) de comunidade tradicional (Chapada) mais de 20 anos; c) apropriar-se dos recursos naturais, especialmente, da pesca artesanal (peixes e crustáceos, e; d) praticar a agricultura familiar.

A partir de então, foram realizadas entrevistas com técnica de pesquisa, alimentada pelo um instrumento que o roteiro com perguntas semiestruturadas, elementos primordiais para o presente estudo. Manzini (2004, p. 9) reflete que o momento da entrevista é um “processo de interação social, verbal e não verbal”, com isso amplia a possibilidade de não apenas captar as falas, pois no momento em que ocorre a interação social também é possível captar gestos, expressões ou até o silêncio.

As entrevistas foram realizadas em um local previamente agendado e individual, ora na casa de farinha, ora na residência, ora no campo (roça), mas sem a interposição de terceiros para não influenciar nos pensamentos dos entrevistados e conseqüentemente nas respostas. As perguntas eram realizadas com a linguagem de fácil compreensão, pois dos quatro entrevistados, somente um tinha concluído o ensino médio.

Os dados foram organizados e tabulados num quadro elaborado no *Microsoft Word* 2010 para planificar as respostas e, por conseguinte, realizar a análise de similitude do conteúdo e diferenças entre as falas. E, em seguida, submetidas à análise de conteúdo que “[...] é uma leitura cuidadosa, próxima, que caminha entre o texto e o contexto, para examinar o conteúdo, organização e funções do discurso” (GILL, 2002, p. 266). E, por conseguinte, as falas mais expressivas foram transcritas na íntegra com intuito de manter a originalidade da linguagem do entrevistado e para fidelizar a discussão concernente às categorias conceituais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os sujeitos que vivem em contato com o meio amazônico detêm informações mais condizentes referentes às dinâmicas e sobre o meio natural e conseguem especificar e, até mesmo, mensurar porque seus conhecimentos se constroem no interior da floresta.

Os homens, mais afeitos as longas caminhadas para o trabalho, sabem ler a natureza, compreender a linguagem dos animais e plantas, os segredos da mata. Desenvolvem um rico conjunto de técnicas agrícolas, extrativistas, de pesca e conhecimento do ecossistema, mesmo que não registrem essa sabedoria por meio de palavras escritas em livros (ALMEIDA, 2010, p. 51).

Estes conhecimentos são repassados de geração em geração mesmo que as práticas sejam substituídas ou aperfeiçoadas, não deixam o saber imbricado nos modos do saber-fazer, como é refletida na fala abaixo:

*[...] aí o que acontece essa farinha aqui, antes era produzido de uma forma, aí depois eu foi trabalhar fora aí, que eu queria ser autônomo, ou seja, não queria mais ser empregado, aí eu voltei fiz o curso, agora hoje eu coordeno o ciclo familiar, ou seja, mais que o papai [...]* (DAVI, 32 anos, 2019).

Esse discurso apresenta o momento em que a comunidade tem a oportunidade de “aprender fazer farinha” e a compreender processos em que a mandioca precisa passar para se ter uma produção com qualidade. Por certo, o curso modificou a vida de muitos agricultores,

inclusive a do Davi (32 anos), pois hoje sua renda vem da farinha, assim como possibilitou o conhecimento para aperfeiçoar a sua casa de farinha. Complementarmente, outro entrevistado relata:

*[...] aí a gente tentou deixar as mesmas características da casa de farinha que aqui usa a peneira<sup>2</sup>, usa o forno, a prensa [...]* (DANIEL, 28 anos, 2019).

Adicionalmente, o patriarca da família, seu Mário de 72 anos, descreve sobre a produção da farinha, enfatizando o uso da lenha (Figura 2), elemento ainda muito presente no saber-fazer desse produto (a farinha), ou seja, eles têm e não fazem o uso do forno movido à energia elétrica. A fala do entrevistado ao encontro e que para fabricar a farinha faz uso da lenha retirada da própria plantação e relata que há uma exploração por parte de outros:

*[...] aqui é uma comunidade que já explorou todo o recurso de floresta, aí tem que mostrar para as pessoas como plantar no seu quintal, aqui meu eu e meu filho, plantamos as árvores de marupá, que são boas para queimar [...]* (MARIO, 72 anos, 2019).



**Figura 2:** Corte da lenha para colocar no forno, Tracuateua (PA), costa amazônica brasileira.

<sup>2</sup> Planta amazônica que habita lugares úmidos, às margens de rios e igarapés (OLIVEIRA *et al.*, 1991). Cujas fibras são utilizadas na confecção de diferentes artefatos por caboclos ribeirinhos e diferentes etnias indígenas (NAKAZONO, 2000). Os materiais que possuem celulose em sua composição, mostram potencialidade na adsorção de metais (WERLANG *et al* 2013).

Observou-se, ainda, que ele faz o uso de lenha de árvores plantadas no próprio quintal, isto é, busca de maneira sustentável manter as características da casa de farinha, mas apresentam uma consciência de que a exploração gerou na comunidade uma escassez do recurso, por isso, a opção de seguir uma vertente sustentável é uma forma de garantir a produção local.

A respeito disso, o saber da farinha é uma prática desenvolvida e que acompanha as comunidades tradicionais (Figura 3), e, por conseguinte, Davi descreve o fazer a farinha de boa qualidade:

*O primeiro é da qualidade da farinha, da farinha d'água para a farinha lavada, que a farinha lavada não têm o farelo que nem tem a farinha comum, aí já tem a qualidade absurdo, diferente totalmente, e segundo pra ter uma farinha de qualidade é por causa do processo que a gente tem, tem o processo que quando chega da roça tem que lavar a mandioca pra botar ela de molho, aí quando ela amolece eu tiro ela e deixo ela passar três dias ela de molho, aí vou trocando a água, aí isso aí tem diferença agrega valor, e olha o valor dela que eu acho a diferença dela para a outra que eu tenho um processo desse processo eu vou crivar, que é que vai da a farinha de qualidade se for uma farinha fofa, que se põe na boca a farinha é diferente da farinha comum você espoca a farinha na boca, por isso que a gente diz que tem uma farinha de qualidade [...] (DAVI, 32 anos, 2019).*

Nota-se que para a farinha possui qualidades, por certo, é necessário que todos os processos sejam seguidos, a lavagem (mandioca e massa), o colocar de molho e o uso da peneira (Figura 3), pois são processos imprescindíveis, e que vão fazer a diferença no sabor e agregação ao valor do produto.



**Figura 3:** Aparelhos disponíveis na casa de farinha e práticas tradicionais de manipulação da matéria-prima (mandioca), Tracuateua (PA), costa amazônica brasileira.

Alguns elementos e materiais foram elencados aos modos de fazer farinha de qualidade, por exemplo, a peneira que é citada por Davi, apresenta a mesma estrutura, porém não usam mais o guarumã<sup>2</sup>. O entrevistado explica porque houve alteração no material:

*[...] porque nós estamos tirando o guarumã? O guarumã é da mata, e mata está mais longe, a gente já está introduzindo algumas coisas tem coisas que tem que ser ecológica, tem coisas que tem que ser ecológica, você tem que pensar na ecologia, no sistema [...]* (DANIEL, 28 anos, 2019).

A prática de fazer farinha perpassa pelos tempos com a mesma necessidade de sua prática, continua apresentando as mesmas finalidades: consumo e meio de renda. No entanto, as formas e os “padrões” com exigência e concorrência no mercado fizeram com que houvesse o aperfeiçoamento da farinha com modificações na fabricação, onde a “qualidade” dita o valor econômico do produto no mercado. Seguidamente, é evidenciada a fala de um entrevistado tido como comerciante e produtor de farinha:

*[...] ai eu trabalho com duas marca de farinha, é justamente é, todas duas são lavadas, mas tem a outra qualidade que é o padrão, farinha padrão ela é mais cara que a outra, que já depende de várias peneiras, então é a peneira que faz a farinha padrão, qualidade a gente faz, mas tem que ter a peneira para fazer a farinha padrão [...] o valor dela é melhor que da mesma farinha, porque ela é mais trabalhada, da mais serviço, sempre eu digo que uma farinha de qualidade é boa de comer também, ela não é uma farinha azeda [...]* (EDMILSON, 55 anos, 2019).

A fala do entrevista acima, destaca a “farinha lavada”, como aquela que tem “qualidade”. O fato de a farinha lavada ter qualidade, certamente, agrega valores em relação à fabricação da farinha comum, em média R\$5,00 (cinco reais) a mais. O valor agregado se deve, em especial, pelo fato de que existe todo um processo para a sua fabricação.

*[...] você pega uma farinha comum e uma farinha lavada, já tem diferença da comum e da lavada, pra mim é uma qualidade muito boa, como diz o homem pra mim o mercado é bom, tenho mercado e é só chegar e entregar, esse meu mercado, meu mercado é negociado lá, eu recebo por mês eu deixo, no próximo mês que eu for levar a outra demanda eu recebo esse que eu deixei, então como diz o homem da minha farinha eu tenho muita gente que faz procuração, farinha muito boa, eu vendo ela em Quatipurú* (EDMILSON, 55 anos, 2019).

O entrevistado relata que é mais fácil vender uma farinha de qualidade, porque os processos realizados agregam valor. Adicionalmente, foi ressaltado de que nesse processo não há o uso de corante:

*[...] porque a gente trabalha com tudo orgânico, quase tudo orgânico, porque se a gente trabalhar com corante a gente está induzindo as pessoas a se alimentar de uma coisa que não é [...]* (DANIEL, 28 anos, 2019).

A análise de conteúdo remete-nos à compreensão de que o cuidado com o outro é uma das características básicas de uma comunidade tradicional, ou seja, é o agir pensando na coletividade. Historicamente, diversos modos de práticas no que se refere aos seus saberes tradicionais e que constituem uma identidade da comunidade não se apresentam da mesma forma de ontem e nem serão a mesma de amanhã, para Hall (2005) acontece um deslocamento e não uma fragmentação de identidade.

No entanto, a sociedade cria uma visão distorcida da realidade do outro, muitas vezes leva a estereotipar comunidades tradicionais como aquelas comunidades que nem possuem mais cultura, ou saber e nem praticam as tradições. Complementarmente, Hall (2005) enfatiza que as identidades culturais dos sujeitos não sofreram essa perda, elas apenas se deslocaram e estão sendo realizadas em uma nova concepção que nunca estará pronta e acabada e, por conseguinte, a cada geração sofrerá o deslocamento.

E sobre práticas que apresentam saberes tradicionais, seu João, conta o processo de prensar/apertar o tabaco:

*[...] Tem que fazer aqui, tem que fazer na medida certa para não afrouxar, na hora você passa a máquina, tem que rolar na máquina para terminar de cobrir, depois de prensado se cair na água, ele fica lá todo tempo e não molha [...]* (JOÃO, 72 anos, 2019).

Os processos descritos acima evidenciam um saber que está guardado na memória do entrevistado, e é evidenciado pela sua prática (Figura 4), e mesmo que essa prática não seja sua produção principal, nota-se que o processo de prensar/apertar sempre estarão presentes em sua existência. E, embora a geração atual não pratique, efetivamente, o saber-fazer do tabaco, por exemplo, mas compreende como se dá o processo e qual a importância desse saber para as pessoas e o local.



**Figura 4:** Processo artesanal de prensa do Tabaco para a comercialização e consumo, nordeste do Pará, costa amazônica brasileira.

O modo de plantar, colher, manusear e organizar demonstra um saber específico sobre essa prática produtiva, como se observa na Figura 5, que é necessário ter um saber apreendido, para poder manusear a máquina de apertar/prensar o tabaco, seja por meio da observação, prática ou o apreender com outro, “seja como for, em todas as culturas humanas alguns indivíduos ou grupos acabam por desenvolver com mais acuidade a perseverança da arte de refletir, compreender e falar sobre os fenômenos, mas também sobre o inacessível ao conhecimento objetivo” (ALMEIDA, 2010, p. 12).

Assim, corroborando com a autora, tem-se a fala de Daniel: “*está vendo meu pé [...] é para controlar*”. E, acrescenta:

*Aqui tem um comércio muito bom, essa comunidade aqui, é que registra essa cultura [...] isso aqui pessoal é uma agricultura familiar* (DANIEL, 28 anos, 2019).



**Figura 5:** Processo artesanal de prensa do Tabaco para a comercialização e consumo, nordeste do Pará, costa amazônica brasileira.

Desse modo, observa-se na imagem acima que o entrevistado Daniel entende os processos fundamentais para prensar/apertar o tabaco e realiza com a mesma destreza de seu pai, pois o saber-fazer ocorreu por meio da prática, pois aquele ambiente é um lugar forte na produção de tabaco e, suas características se enquadram na agricultura familiar.

Mediante isso, tem-se a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as Diretrizes para a Formulação da Política Nacional da Família e Empreendimentos Familiares Rurais evidencia o que pode ser considerado como uma agricultura familiar:

Art. 3º Para efeitos desta lei, considera o agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo de renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma da lei; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Concernente a esse documento, inicialmente se percebe que a mão de obra é direcionada apenas para promover uma produção e renda e familiar, podendo ser vista em uma lógica sustentável, este exemplo de produzir e gerir recursos, são a base da Economia de Ecossistemas, “cujo objetivo principal é a gestão eficiente e sustentável do capital natural” (ANDRADE &ROMEIRO, 2009, p. 2).

Consoante ao exposto, a Figura 6 demonstra um dos conhecimentos que o Daniel destaca que apreendeu com a vida e tenta repassar para a sua comunidade, ou seja, “costuma-se chamar de saber ecológico tradicional ao conhecimento que populações locais têm de cada detalhe do seu entorno, do ciclo anual, das espécies animais e vegetais, dos solos, etc.” (CUNHA, 2007, p. 81).



**Figura 6:** Cultivo de mudas para a produção de lenha no uso doméstico e aquecimento do forno para a fabricação de farinha, nordeste do Pará, costa amazônica brasileira.

Importante ressaltar a fala abaixo, uma vez que expressa os saberes também criados a partir das alternativas locais e nas condições que o clima favorece:

*[...] eu vi muito tubete por aqui e eu inventei um tubete da garrafa pet [...] eu faço muda [...] tem muita técnica para isso, e agente aprendeu na vida, não aprendi nunca fiz curso agrícola [...] porque eu quero mostrar para população geral que essas árvores nativas que a agente precisa produzir [...] é uma forma sustentável [...] isso aqui é a muda que eu só levei para lá, então eu faço isso e coloco e vou refazer isso, isso é simples [...] eu tô querendo fazer uma área de reflorestamento [...] eu quero mostrar para população geral que essas árvores nativas que a agente precisa produzir [...]* (DANIEL, 28 anos, 2019).

No que diz respeito à prática de fazer mudas em *tubetes* de garrafa *pet*, Certau (1994) explicita que vivemos em um modelo dominante de consumo, no qual estamos em uma posição passiva, mediante as estratégias postas, mas é neste ponto cego que se pode desprender desta realidade, escolhendo qual melhor tática usar para driblar as situações impostas e, somente, o uso da tática poderá realizar esses desvios. Nesse sentido, tem-se a perspectiva de trabalhar de maneira sustentável, fazendo uso dos objetos de consumo, burlando os materiais comprados

para a prática do plantio, em especial com o uso do tubete de garrafa pet, o que para Certau (1994), constitui-se em uma bricolagem.

Certamente, a fala do entrevistado e a Figura 7, demonstram que apesar de um conjunto de práticas produtivas apresentadas no fazer do dia a dia, o peixe, o açude e a rede de pesca são elementos que constituem também a identidade do pequeno produtor em comunidades tradicionais dessa região, uma vez que tem em sua prática produtiva não somente um fazer, mas uma diversidade de atividades empreendidas a partir dos saberes locais.

*Agora, vai pra minha praia, isso tudo não é minha praia, minha praia é peixe*  
(DANIEL, 28 anos, 2019).



**Figura 7:** Cultivo de peixe em criadouros (açudes) arranjados pelo pequeno produtor rural, nordeste do Pará, costa amazônica brasileira.

Numa convergência de ideias, Hall (2005, p. 38), ressalta que “[...] a identidade é algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, [...] assim, em vez de falar de identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento”.

Outrossim, essa identificação do pequeno produtor em comunidades tradicionais, perpassa por outros territórios e um deles é o conhecimento do ecossistema manguezal, apesar de não estar no mesmo perímetro de sua casa e não ser a principal prática de sua família, a vivência nas proximidades lhe trouxeram saberes a respeito dos elementos que compõem o manguezal: caranguejo, materiais usados para captura do caranguejo, formas de andar e capturar o caranguejo, períodos de defeso e as espécies daquele ecossistema.

Certamente, os saberes tradicionais sobre o ecossistema manguezal podem também ser aliados aos saberes científicos, o que, por sorte, é de extrema importância. Complementarmente, Almeida (2010, p. 48), acentua que:

Ao lado do conhecimento científico, as populações rurais e tradicionais, ao longo de suas histórias, têm desenvolvido e sistematizado saberes diversos que lhe permitem responder a problemas de ordem material e utilitária tanto quanto têm construído um rico *corpus* [grifo do autor] da compreensão simbólica e mítica dos fenômenos do mundo.

Ao compreender a importância do lugar é possível traçar expectativas para mudanças significativas que venham contribuir para o desenvolvimento local, pois “[...] a vivência no espaço social e as conexões substantivas que, ao se estabelecerem ligam o local ao global” (CASTRO & CAMPOS, 2015, p. 32).

Afirma-se que o presente estudo não dar conta de todos os elementos colocados em pauta, o que, certamente, constitui-se em um ensaio discursivo que necessita de maiores aprofundamentos e para que sejam percorridos com afinco, outras categorias conceituais e outros enfoques são bem vindos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa conjuntura, infere-se que as comunidades tradicionais do nordeste paraense possuem uma biodiversidade no qual perpassa pelas práticas produtivas e o saber tradicional. Aos olhos e aos sentimentos dos que ali vivem, naquele lugar, possuem diversos sentidos e significados que ultrapassam os conceitos criados pelas ciências modernas, onde os recursos não são vistos como algo que precisam ser explorados e servem somente para gerar lucros, uma vez que a natureza faz parte da vida dos que ali nasceram e viveram/vivem, em que os recursos naturais fazem parte de sua história, uma vida de pertencimento ao lugar.

Ademais, as falas analisadas congregam os sentidos no qual os povos tradicionais dão à natureza, principalmente aqueles que vivem em Reservas Extrativistas Marinhas, como é o caso deste estudo. Ratifica-se que esses povos buscam manter um elo com a natureza, pois compreendem que ela possui recursos findáveis.

Em síntese, constatou-se que ao estabelecer uma relação harmoniosa com a natureza, o ser humano pode retirar benefícios sem esgotar os recursos naturais e a comunidade da Chapada

apresenta diversas formas de valorizar o capital natural, evidenciando que os saberes tradicionais sustentam a prática produtiva e econômica locais, a considerar a Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, Pará, Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição**. São Paulo: Editora Livraria da Física: 2010.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-9, 2004.
- ANDRADE, Daniel Caixeta; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Capital natural, serviços ecossistêmicos e sistema econômico**: rumo a uma “Economia dos Ecossistemas”. Texto para discussão. IE/UNICAMP, n. 159, maio 2009, p. 37-61.
- BAUER, Martin W. Análise do conteúdo clássica: uma revisão. *In*: BAUER, Martin. W, GASKELL, George. (Ed). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BENSUSAN, Nurit. **Seria melhor mandar ladrilhar?** 2.ed. São Paulo: Petrópolis, 2008.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade Tradicional. *In*: COSTA, João Batista de Almeida & OLIVEIRA, Cláudia Luz de (Orgs.). **Cerrado, gerais, sertão**: comunidades tradicionais nos sertões roseanos. São Paulo: Inter meios; Belo Horizonte: Fapemig; Montes Claros: Unimontes, 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 27 de Março de 2019.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br> Acessado em 28 de Março de 2019.
- BRASIL. **Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as Diretrizes para a Formulação da Política Nacional da Família e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 24 de julho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.
- BRASIL. **Lei nº 9.985 de 18 de Julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 18 de julho de 2000; 179º da Independência e 112º da República.
- BRASIL. Decreto Nº **6.040 de 7 de Fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm) Acessado em: 13 Set. 2020.
- BRASIL. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT - Organização Internacional do Trabalho**. Brasília: OIT, 2011.
- CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio. Formação Socioeconômica do estado do Pará. *In*: CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio (org.). **Formação Socioeconômica da Amazônia**. – Belém: NAEA, 2015, p. 401-482.

- CASTRO, Edna Maria Ramos. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Belém: Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA) da Universidade Federal do Pará**, v.92, p. 9-13, 1998.
- CERTAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- COSTA, José Newton. **As novas regras do jogo para o acesso aos recursos naturais da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, no Pará**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2014.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico**. Revista USP, São Paulo, n. 75, p. 76-84, set./nov. 2007.
- DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MYNAIO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28. Ed. Petrópolis, Vozes, 2009.
- DIEGUES, Antônio Carlos. ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira (Org). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2000.
- GAWORA, Dieter. **Povos e comunidades tradicionais e seu papel estratégico: da perspectiva defensiva à ofensiva**. IV Colóquio Internacional Cultura e Memória Sociais, out/2010, p.93-112.
- GILL, Rosalind. Análise do Discurso. In: BAUER, Martin. W. ;GASKELL, George. (ed). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GOMES, Cássia Rafaela da Silva; PERES, Ariadne da Costa. **Tecendo diálogos e construindo gestão participativa em uma comunidade agropequeira da reserva extrativista marinha Tracuateua, Tracuateua-PA**. 5º Encontro da rede de estudos rurais: desenvolvimento, ruralidades e ambientalização: paradigmas e atores de conflitos, 2012.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 10º. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HENRY-SILVA, Gustavo Gonzaga. **A importância das unidades de conservação na preservação da diversidade biológica**. Revista LOGOS, Rio Claro, n.12, 2005, 127-151.
- HOGARTH, Peter John. **A biologia dos manguezais**. Oxford Univ. Pressione; Oxford, Reino Unido, 1999.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 8. Ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: **Seminário Internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos**. A pesquisa qualitativa em debate. Anais Bauru: USC, 2004.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza *et. al.* **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- NAKAZONO, Erika Matsuno. **O Impacto da extração da fibra de arumã (Ischnosiphonpolyphyllus, Marantaceae) sobre a população da planta em Anavilhanas, Rio Negro, Amazônia Central**. Dissertação de mestrado, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2000.
- OLIVEIRA, Francisco Pereira de. **Análise do extrativismo do caranguejo-uçá e da mandeira dos manguezais, com ênfase na sua intensificação e políticas públicas: o caso**

- da Península de Ajuruteua, Bragança, Pará, Brasil.** Tese. 163fs. (Doutorado. Instituto de Estudos Costeiros-IECOS. Universidade Federal do Pará. Campus Universitário de Bragança), 2015.
- OLIVEIRA, Jorge; ALMEIDA, Samuel Soares; VILHENA-POTYGUARA, Raimunda; LOBATO, Luiz Carlos Batista. Espécies vegetais produtoras de fibras utilizadas por comunidades amazônicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série botânica**, v.7, n.2, p.393-428, dez. 1991.
- PACANARO, Renato Franco. **Biopirataria: falta de legislação específica e as consequências para a propriedade intelectual.** Piracicaba: [s.n.], 2010. P. 157.
- PANNIER, R.; PANNIER, F. **Estructura y dinámica del ecosistema de manglares: un enfoque global de la problemática.** Em Memorias del Seminario sobre el estudio científico e impacto humano en el ecosistema de manglares. UNESCO, ROSTLAC. Montevideo, 1980, p. 46-55.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SPALDING, Mark; KAINUMA, Mami and COLLINS, Lorna, **World atlas of mangroves.** Earthscan, London. Sullivan, C., 2010. The importance of mangroves.
- WEDIG, Josiane Carine. Territórios e questões ambientais na perspectiva de povos e comunidades tradicionais. In: RAMOS, João Daniel Dorneles; WIVES, Daniela Garcez (org). **Natureza do Espaço e o desenvolvimento.** SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017, p.115-138.
- WERLANG, Eliana Betina; SCHNEIDER, Rosana de Cássia de Souza; RODRIGUEZ, Adriane Lawisch; NEIDERBERG, Carolina. Produção de carvão ativado a partir de resíduos vegetais. **Revista Jovens Pesquisadores**, Santa Cruz, v. 3, n 1.